

Análise do comportamento aplicada ao autismo e atuação socialmente responsável no Brasil: Questões de gênero, idade, ética e protagonismo autista

Applied Behavior Analysis, autism, and socially responsible practice in Brazil: Gender, age, ethics, and autistic agency

Análisis aplicado de la conducta en el autismo y prácticas socialmente responsables en Brasil: Género, edad, ética y protagonismo autista

Táhcita Medrado Mizael¹, Cíntia Cristina Ferreira Ridi²

[1] Universidade de São Paulo (USP) [2] Clínica Reinventar – Espaço de Aprendizagem | **Título abreviado:** Análise do comportamento aplicada ao autismo e atuação socialmente responsável | **Endereço para correspondência:** Táhcita M. Mizael – Instituto de Psicologia (IP – USP) Av. Professor Mello Moraes, 1721 – Bloco F – Cidade Universitária – São Paulo/SP. CEP 05508-030 | **Email:** tahcitammizael@gmail.com | **doi:** org/10.18761/VEEM.457613

Resumo: Uma das formas de tratamento baseada em evidências para pessoas autistas é a Análise do Comportamento Aplicada (ABA), reconhecida pela sua eficácia e validade científica. Entretanto, muitas pesquisas em ABA têm se focado em intervenções com crianças. Assim, o objetivo deste trabalho é realizar um ensaio problematizando o baixo número de estudos com adultos e mulheres autistas, com foco na realidade brasileira, além da tendência de não incluir os próprios autistas nas decisões de pesquisa e intervenção. Constatou-se que, de fato, a quantidade de estudos em ABA com mulheres e adultos é escassa. Também se evidenciou que a população autista não tem sido consultada no planejamento e avaliação de pesquisas e intervenções. Sugere-se, entre outras coisas, a proposição de estudos sobre clínica analítico-comportamental no atendimento de mulheres e adultos autistas e a inclusão de autistas na escolha dos temas de pesquisa, assim como na definição de metas e na avaliação da eficácia das intervenções. Por fim, sugerimos também que a ética se torne um aspecto central nos cursos e discussões sobre a ABA ao autismo.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista (TEA); análise aplicada do comportamento (ABA); gênero; adultos autistas; protagonismo autista; ética.

Abstract: One of the evidence-based treatments used in autistic individuals is Applied Behavior Analysis (ABA), which is recognized for its effectiveness and scientific validity. However, many studies with ABA have focused on interventions with children. Thus, the aim of this study is to do an essay problematizing the low number of studies with autistic adults and women, focusing on Brazilian studies, in addition to the tendency to not include autistic individuals in research and intervention decisions. It was found that, in fact, the number of studies in ABA with women and adults is scarce. It was also evidenced that autistic individuals are not being consulted during planning and evaluation of research and interventions. It is suggested, among other things, the proposition of studies on clinical behavior-analysis in the care of autistic women and adults and the inclusion of autistic people in the choice of research topics, as well as in the definition of goals and in the evaluation of the effectiveness of interventions. Finally, we also suggest that ethics should become a central aspect in courses and discussions on behavior analysis applied to autism.

Keywords: Autism Spectrum Disorder (ASD); Applied Behavior Analysis (ABA); gender; autistic adults; autistic agency; ethics.

Resumen: Una de las formas de tratamiento basada en evidencia para personas autistas es el Análisis Aplicado de Conducta (ABA), reconocido por su efectividad y validez científica. Sin embargo, muchas investigaciones de ABA se han centrado en intervenciones con niños. De este modo, el objetivo de este estudio es realizar un ensayo problematizando el bajo número de estudios con adultos y mujeres autistas, enfocando la realidad brasileña, además de la tendencia a no incluir a los autistas en las decisiones de investigación e intervención. Se encontró que, de hecho, el número de estudios en ABA con mujeres y adultos es escaso. También se evidenció que los autistas, en general, no son consultados en las etapas de planeamiento y evaluación de investigaciones e intervenciones. Una sugerencia es la proposición de estudios sobre el análisis de la conducta clínico en la atención de mujeres y adultos autistas, la inclusión de personas autistas en la elección de temas de investigación, así como en la definición de metas y en la evaluación de la eficacia de las intervenciones. Finalmente, también sugerimos que la ética se convierta en un aspecto central en los cursos y discusiones sobre el análisis de la conducta aplicado al autismo.

Palavras chave: Trastorno del Espectro Autista (TEA); Análisis Aplicado de Conducta (ABA); género; adultos autistas; protagonismo autista; ética.

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um transtorno do neurodesenvolvimento diagnosticado através de observação clínica. A quinta edição do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM-5) evidencia as características presentes nos indivíduos com TEA, que consistem em dois domínios centrais: 1) déficits na comunicação social e interação social e 2) padrões repetitivos e restritos de comportamento, interesses ou atividades. Por ser uma condição do neurodesenvolvimento, é importante que essas características estejam presentes desde os primeiros anos de vida (American Psychiatric Association – APA, 2013). Outro fator relevante de ser mencionado se refere ao fato de o TEA estar associado a outras condições, a saber, epilepsia, depressão, hiperatividade, deficiência intelectual, atrasos na linguagem, etc. (e.g., Oliveira & Sertié, 2017). Além disso, e como o próprio nome indica (espectro), é comum que o nível de funcionamento intelectual dos indivíduos com TEA seja bastante variável, estendendo-se desde um comprometimento profundo até níveis superiores de inteligência, de acordo com o *Pan American Health Organization* (2014).

Dados sobre a prevalência de crianças com TEA apontam para 1 entre 54 crianças na faixa de oito anos de idade, de acordo com dados administrativos coletados pelo Centro de Controle de Doenças dos Estados Unidos (*Centers for Disease Control – CDC*, 2020). Nos últimos anos, podemos observar um aumento exponencial da prevalência de pessoas com TEA. Em 2004, o número divulgado pelo CDC era de que uma pessoa em 166 era autista. Já em 2006, os dados apontavam para uma em cada 150 pessoas. Em 2008, a prevalência indicada foi para um indivíduo com TEA a cada 128 pessoas, e, em 2010, os dados indicavam uma a cada 110. Na penúltima publicação do CDC, em 2018, esse número estava em uma em 59. Uma pesquisa recente realizada no Japão traz novos dados, apontando que uma de cada 32 pessoas é autista (Sasayama et al., 2021).

No que se refere às estimativas de prevalência da rede de monitoramento do autismo e outras deficiências, é importante ressaltar que esses dados podem variar de acordo com o tipo de fonte dos dados, localização geográfica, faixas etárias, grupos raciais e étnicos, comorbidades e critérios de identificação. Portanto, as descobertas geralmente

variam e, no Brasil, ainda não há prevalências oficiais, apenas dados de um estudo piloto (Paula et al., 2011) que indicou um caso para cada 370 habitantes. Fombonne (2003) afirma que a frequência de diagnósticos de TEA têm aumentado em razão do aperfeiçoamento do diagnóstico e disseminação dos meios para obtê-lo, assim como do maior acesso da população aos tipos de intervenção.

Com relação à incidência de TEA por gênero, estimativas indicavam a proporção de uma menina com TEA para cada quatro meninos (e.g., Fombonne, 2009). Entretanto, nas últimas décadas, alguns estudos têm problematizado se, de fato, a diferença na incidência de TEA pode estar relacionada a uma discrepância nos sinais de TEA em meninas e mulheres, em comparação com meninos e homens. O reforçamento diferencial de comportamentos distintos nos homens e mulheres, isto é, o endosso aos estereótipos de gênero, é uma das hipóteses para uma possível apresentação diferenciada das características de TEA em homens e mulheres (e.g., Milner et al., 2019). De fato, pesquisas têm demonstrado que é comum que mulheres com TEA camuflam suas dificuldades e apresentem interesses restritos em atividades que não são consideradas discrepantes com o que é esperado pelos estereótipos de gênero, como em cavalos (e.g., Bargiela et al., 2016).

Além disso, há evidências de que, para atingir os critérios estabelecidos no DSM ou na Classificação Internacional de Doenças (CID), as mulheres precisam apresentar maior severidade nos sintomas de TEA e/ou maiores dificuldades cognitivas ou comportamentais, em comparação com homens (e.g., Bargiela et al., 2016). Não obstante, um dos maiores estudos sobre discrepância de diagnóstico do autismo em homens e mulheres (Frazier et al., 2014) aponta que as mulheres tendem a ter menores níveis de interesses restritos.

Dados relativamente recentes apontam que a proporção relativamente baixa das mulheres consideradas de “alto funcionamento”¹ pode refletir fatores biológicos de proteção ou pode ser devida a

1 “Alto-funcionamento”, se refere, grosso modo, a indivíduos autistas que possuem inteligência média ou acima da média e certa autonomia, sendo comumente utilizado para se referir a autistas nível 1 de suporte (Alvares et al., 2019). Apesar de o termo sem amplamente conhecido na área, ele é bastante criticado pela comunidade autista.

sub-identificação (e.g., Lai et al., 2011; Lehnhardt, 2016). Concomitantemente aos questionamentos sobre os critérios utilizados para diagnosticar o TEA, estudos mais recentes têm mostrado incidências diferentes da comum 4:1. Por exemplo, a depender dos grupos comparados, como pessoas com TEA e deficiência intelectual, estudos têm demonstrado proporções de três meninos para cada menina com TEA, e até de dois meninos para uma menina (e.g., Fombonne, 2009; Loomes et al., 2017).

Uma das formas de tratamento baseada em evidências para pessoas com TEA é a Análise do Comportamento Aplicada (*Applied Behavior Analysis* – ABA), reconhecida pela sua eficácia e validade científica. A ABA tem como objetivo maximizar e desenvolver repertórios que estão em déficit, reduzir excessos comportamentais (que podem ser classificados como excesso comportamental, estereotípias, comportamentos disruptivos – Howard et al., 2014), bem como trabalhar com questões de relevância social (Cooper et al., 2007), identificando comportamentos observáveis, estabelecendo comportamentos-alvo de mudança, e elaborando, assim, uma intervenção customizada para cada indivíduo e com avaliação perene a fim de averiguar a eficácia da intervenção aplicada.

Na medida em que mais crianças estão sendo diagnosticadas precocemente, intervenções e protocolos de avaliação têm emergido. Porém, questiona-se se as pesquisas em ABA têm se focado em intervenções com crianças, possivelmente negligenciando indivíduos que foram diagnosticados tardiamente, além de nos questionarmos também sobre a disparidade de estudos sobre autismo em mulheres, uma vez que os dados indicam uma subnotificação do autismo no feminino. Portanto, precisa-se refletir acerca desta realidade, considerando que não podemos deixar de pensar em ofertar tratamento para mulheres e adultos com TEA.

Outra questão importante na comunidade do autismo se refere ao protagonismo autista e sobre a importância de incluir a população-alvo das intervenções (os autistas) nas decisões sobre os temas de investigação e, inclusive, na interpretação dos resultados das pesquisas. Em seu artigo, “Para desencadear uma revolução social analistas do comportamento devem abraçar o conhecimento comunitário”, Leugi e Guerin (2016) comentam sobre a

importância do conhecimento baseado na comunidade para, de fato, conseguirmos lidar com e interpretar problemas e fenômenos sociais. De acordo com os autores, o que devemos fazer é:

não modificar o comportamento de comunidades porque nos disseram que a mudança comportamental é importante, mas consultar e trabalhar com essas comunidades para, em primeiro lugar, documentar e entender os contextos sociais, e depois, modificar o que precisa ser mudado *de acordo com eles* (p. 78, itálicos adicionados).

Assim, o “*community-based knowlegde*” (conhecimento baseado na comunidade; e.g., Leugi & Guerin, 2016) parece se alinhar com o protagonismo autista. Será que nossa área está ouvindo a população-alvo das intervenções realizadas cotidianamente? Quantos estudos da análise do comportamento têm trazido essas discussões ou se baseado no relato de pessoas autistas para planejar suas intervenções?

Além de ser um ponto importante nas discussões sobre protagonismo autista, a discussão sobre ouvir a população-alvo de tratamento pode ser vista também como uma discussão sobre ética. Holland, em seu aclamado artigo intitulado “Behaviorismo: Parte do problema ou parte da solução?”, publicado em 1978, traz importantes apontamentos éticos para se pensar na atuação do analista do comportamento. O autor afirma:

é verdade que os analistas aplicados do comportamento têm, em números esmagadores, sido contratados para fazer trabalhos à serviço daqueles no poder e, mesmo que a ciência, o Behaviorismo, esteja pronta para ser parte da solução, o analista do comportamento aplicado tem muito frequentemente sido parte do problema. Mas amanhã, se nós formos verdadeiros à nossa ciência, nós poderemos ser parte da solução. Pois a ciência da análise do comportamento é baseada em uma visão dos indivíduos compatível com a reforma social (pp. 163-164).

Considerando “a solução” como uma sociedade mais justa e com menos opressão, Holland (1978)

escreve que, para seguirmos na direção da solução, precisamos “nos mover na direção de formas coletivas – formas baseadas na cooperação, formas que maximizem o reforçamento por ajudar os outros, ao invés de reforçamento às custas dos outros” (p. 172).

Nesse sentido, será que as discussões sobre ética que versem sobre questões importantes (e.g., relações de poder, trabalhar a serviço de quem, como definir alvos de mudança comportamental, entre outros) têm sido trabalhadas nos cursos de análise aplicada do comportamento ao autismo?

Com o intuito de fazer uma análise preliminar 1) da quantidade de estudos sobre ABA ao autismo em adultos e mulheres, enfocando a realidade brasileira, e 2) das disciplinas sobre ética cursadas nos cursos de ABA ao autismo; e de sugerir possibilidades para uma atuação mais ética, no sentido de ser mais transparente, de incluir a população autista na escolha dos temas de pesquisa e de ser voltada para a equidade das relações ao invés de “normalizar” as pessoas ao padrão neurotípico, o objetivo deste trabalho é realizar um ensaio sobre essas problemáticas apontadas, sugerindo mudanças para que a comunidade de analistas do comportamento haja de maneira socialmente responsável, buscando não deixar de lado grupos igualmente importantes em termos de intervenção, isto é, meninas e pessoas adultas com TEA, sendo mais transparente quanto aos conteúdos de ética que têm sido ensinados e também, incluindo a população autista nas decisões de pesquisa.

Para isso, serão levantados dados sobre autismo em adultos e em mulheres na análise do comportamento. Em seguida, serão feitas algumas considerações éticas sobre o papel dos analistas do comportamento no atendimento de autistas. Adicionalmente, um levantamento dos cursos de pós-graduação em ABA ao autismo foi realizado, buscando identificar o número de disciplinas sobre ética que estão sendo ministradas nesses cursos. Por fim, faremos algumas sugestões para que o escopo da ABA se amplie para esses grupos (adultos e mulheres), para outros tipos de aplicações da análise do comportamento e, por fim, para que a ética se torne um aspecto central nesses cursos e discussões.

Desenvolvimento Literatura sobre Autismo em Adultos na Área

Uma busca no *Journal of Applied Behavior Analysis* (JABA), com a palavra “autism” (autismo) no título, gerou um total de 334 trabalhos. Quando adiciona-se a palavra “children” (crianças), i.e., “autism” + “children” no título, 249 resultados aparecem. Quando a palavra “children” é substituída pela palavra “adults”, a busca gera apenas nove resultados.

No *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (JEAB), a mesma busca gera 10 resultados quando a palavra “autism” é buscada no título. Ao adicionar-se a palavra “children”, também no título, nove dos 10 trabalhos anteriormente identificados aparecem.

Nas revistas brasileiras, o baixo número de estudos sobre autismo em adultos se replica: na revista *Perspectivas em Análise do Comportamento*, a busca pelo descritor “autismo” gera três resultados, sendo dois estudos com crianças e um estudo de revisão (Ferreira et al., 2017; Martone & Santos-Carvalho, 2017; Silva et al., 2020). Na *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTCC), a palavra-chave “autismo” resulta em nove trabalhos. Desses, cinco foram feitos com crianças, e nenhum deles com adultos. Por fim, na *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* (REBAC), 10 resultados aparecem quando o descritor “autismo” é utilizado na busca. Desses, sete foram feitos com crianças, e apenas uma pesquisa conta com um participante adulto (Varella & de Souza, 2011).

Literatura sobre Autismo em Mulheres

No JABA, dos 334 artigos encontrados com o descritor “autism” no título, quando adiciona-se a palavra “women” (mulheres) no título, nenhum resultado aparece. Substituindo-se a palavra “women” por “female” (feminino), novamente, a busca gera um total de zero trabalhos. No JEAB, a busca com os descritores “autism” e “women” no título também não gera resultados.

Nas revistas brasileiras mencionadas previamente, nenhum estudo focado em mulheres autistas foi encontrado. As buscas dos estudos focados em adultos e em mulheres foram feitas em dezembro de 2020.

Sumário

Como pode ser visto, tanto na literatura brasileira quanto estrangeira (utilizando como base os dois periódicos mais conceituados da área), a literatura sobre uso de ABA com adultos e mulheres é bastante escassa.

Questões Éticas no Atendimento Utilizando ABA com Autistas

Atualmente, no Brasil, não há nenhum tipo de certificação de profissionais que trabalhem com ABA ou com análise do comportamento, como é o caso dos *Board Certified Behavior Analysts* – BCBA atuantes especialmente nos Estados Unidos e Canadá. Há alguns anos, o processo de acreditação de analistas do comportamento brasileiros tem sido discutido pela Associação Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental (ABPMC), mas, até o momento, não é preciso que o profissional seja acreditado para trabalhar como analista do comportamento, aplicador ABA ou supervisor ABA.

Possuindo a acreditação ou não, é imprescindível que os profissionais que atuam sigam códigos de ética e tenham discutido questões éticas em sua

formação. Uma forma de analisar preliminarmente se a temática de ética está presente nos cursos de especialização em ABA voltada para o autismo é analisar as grades desses cursos. Uma consulta na plataforma e-MEC, “base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior – IES, independentemente de Sistema de Ensino” (e-MEC, 2021, para. 1), onde constam os cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* cadastrados no Ministério da Educação (MEC), utilizando o descritor “análise do comportamento aplicada” resulta em 74 cursos de especialização *lato sensu*. Selecionamos os cursos que, em seu título, possuíam, além do descritor “análise do comportamento aplicada”, a palavra “autismo”, “autista”, ou “Transtorno do Espectro Autista”. Trinta e seis cursos foram encontrados. Entramos no site de cada um desses cursos, para verificar, na grade curricular, quantas disciplinas sobre ética são ministradas (e-MEC, 2021 – acesso em junho de 2021). A Tabela 1 mostra o nome das instituições de ensino, a sigla da instituição, o título do curso, e, em seguida, se encontramos no site o curso em questão, se a grade curricular estava disponível e, em caso positivo, quantas disciplinas sobre ética são ministradas, além de sua carga horária.

Tabela 1. Caracterização dos cursos sobre análise do comportamento aplicada ao autismo autorizadas pelo MEC.

Nome da IES	Sigla	Nome do Curso	Curso encontrado no site da IES?	Grade curricular do curso disponível?	Número de disciplinas sobre ética	Carga horária
Faculdade Casa Branca	FACAB	ABA – Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo	N	-	-	-
Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	ABA: Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo, Atrasos de Desenvolvimento Intelectual e de Linguagem	S	N	-	-
Faculdade Nossa Senhora de Lourdes	FNSL	ABA – Análise do Comportamento aplicada ao transtorno do espectro autista e atraso no desenvolvimento	N	-	-	-
UNICORP Faculdades	UNICORP	ABA (Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista e atraso no desenvolvimento)	S	N	-	-
Faculdade do Vale Elvira Dayrell – FAVED	FAVED	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) ao Autismo	N	-	-	-
Faculdade de Direito, Ciências e Tecnologia Santa Maria Mada	FADICT	Análise do comportamento aplicada (ABA) à pessoas com TEA no contexto clínico.	N	-	-	-

Nome da IES	Sigla	Nome do Curso	Curso encontrado no site da IES?	Grade curricular do curso disponível?	Número de disciplinas sobre ética	Carga horária
Faculdade Inspirar	Inspirar	Análise Do Comportamento Aplicada ABA – Autista e Desenvolvimento Atípico	S	S	2	N/D
Faculdade Atitude de Educação Continuada	FAEC	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) com Ênfase ao Transtorno do Espectro Autista	S	S	0	-
Faculdade Rhema	FACUR	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) na Educação de Pessoas com TEA	S	N**	-	-
Faculdade CENSUPEG	-	Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para TEA – Transtorno do Espectro Autista	S	S	1	N/D
Faculdade São Marcos	FASAMAR	Análise do Comportamento Aplicada a Casos de TEA e Neurodiversidades	N	-	-	-
Faculdade Novo Horizonte	FNH	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo	N	-	-	-
Faculdade Integrada da Amazônia	FINAMA	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo	S	S	1	N/D
Faculdade UniNa	-	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo (ABA)	S	S	0	-
Faculdade Unyleya	-	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo – ABA	S	S	0	-
Instituto Leya de Educação Superior	Leya	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo – ABA	N	-	-	-
Faculdade Metropolitana São Carlos BJI	FAMESC-BJI	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo – ABA	N	-	-	-
Centro Universitário União das Américas	UNIAMÉRICA	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo – ABA	N	-	-	-
Faculdade UNIBF	-	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo (ABA)	S	N	-	-
Faculdade Itaquá	UNITAQUÁ	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo – ABA	N	-	-	-
Faculdade Maranhense	FAM	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo – ABA	N	-	-	-
Universidade CEUMA	UNICEUMA	Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo e Quadros Relacionados	S	S	0	-
Faculdade de Ciências Humanas e Exatas do Sertão do São Francisco	FACESF	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno Autista e Atraso no Desenvolvimento	N	-	-	-
Instituto de Ensino Superior Múltiplo	IESM	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista e Desenvolvimento Atípico	N	-	-	-

Nome da IES	Sigla	Nome do Curso	Curso encontrado no site da IES?	Grade curricular do curso disponível?	Número de disciplinas sobre ética	Carga horária
Faculdade INESP – Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa	INESP	Análise do Comportamento aplicada ao Transtorno do Espectro Autista	N	-	-	-
Faculdade Pernambucana de Saúde	FPS	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista	N	-	-	-
Faculdade de Educação do Piauí	FAEPI	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista e Desenvolvimento Atípico	N	-	-	-
Centro Universitário Amparense	UNIFIA	Análise do Comportamento Aplicada ao transtorno do Espectro Autista – TEA	N	-	-	-
Faculdade de Tecnologia Alpha Channel	FATAC*	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro do Autismo – ABA	-	-	-	-
Faculdade XV DE Agosto	FAQ	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro do Autismo – ABA	N	-	-	-
Faculdade Gennari e Peartree	FGP	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro do Autismo – ABA	N	-	-	-
Faculdade de Educação Paulistana	FAEP	Análise do Comportamento Aplicada ao Transtorno do Espectro do Autismo – ABA	N	-	-	-
Centro Universitário OPET	UNIOPET	Especialização em Análise do Comportamento Aplicada (ABA) na Educação de Pessoas com TEA	N	-	-	-
Faculdade de Agudos	FAAG	Especialização em Análise do Comportamento Aplicada ao Autismo – ABA	N	-	-	-
Faculdade Novoeste	NOVOESTE	Pós-Graduação Lato Sensu em Transtorno do Espectro Autista – TEA com ênfase em Análise do Comportamento Aplicada – ABA	N	-	-	-
Faculdade do Instituto Superior de Educação – ISE	ISE	Transtorno do Espectro Autista: Ênfase na Análise do Comportamento Aplicada – ABA	N	-	-	-

Nota. *Site não encontrado. N/D = não disponibilizado no site. **apesar de a grade curricular não constar na página do curso, consta que eles enviam a grade por e-mail e disponibilizam um endereço de e-mail para solicitá-la.

Dos 36 cursos encontrados na plataforma e-MEC, somente 11 foram encontrados nos sites das IES. Não se sabe se os cursos aparecem nos sites somente quando estão sendo ofertados. Uma hipótese para o reduzido número de cursos encontrados nos sites das instituições é que cursos de pós-graduação podem ser ministrados em instituições parceiras, de modo que o certificado é emitido pelas universidades credenciadas pelo MEC, mas o curso é ministrado por outra instituição.

Somente sete cursos tinham a grade curricular disponível na página do curso de pós-graduação. Desses sete cursos, a maioria (quatro) não continha nenhuma disciplina com o descritor “ética” no título (FAEC; UNiNa; UNICEUMA, e Unyleya). Dois cursos tinham uma disciplina sobre ética (Censupeg e FINAMA), e apenas um curso possui duas disciplinas sobre ética (Inspirar). O curso que disponibilizou a grade por e-mail também não continha nenhuma disciplina com o descritor “ética” no título (Rhema). Não foi possível verificar quais temas têm sido trabalhados nas disciplinas de ética, uma vez que o conteúdo programático ou ementa das disciplinas também não estava disponível.

Embora a não disponibilização da grade não signifique necessariamente que os cursos não estejam discutindo ética, até porque a ética deveria ser vista de maneira interdisciplinar, pois faz parte de todo processo decisório, a ausência da grade das disciplinas pode ser problematizada, uma vez que impede transparência no que o curso oferece, em termos das disciplinas ofertadas. Além disso, a não inclusão de disciplinas centradas na ética pode ser um indício de priorização de outras questões, hipótese que deve ser investigada em estudos posteriores.

O Papel do Analista (Aplicado) do Comportamento

Holland (1978) escreve sobre o papel do analista aplicado do comportamento, sugerindo a necessidade da modificação de suas práticas: trabalhar *com* as populações (ao invés de *para* as populações), analisando as contingências que oprimem tais populações. Como o autor diz:

nós trazemos para essa iniciativa certo conhecimento especializado e habilidades no uso dos dados; eles (as populações-alvo) trazem a expe-

riência direta especializada com as contingências do dia-a-dia. Eles são também a audiência para os resultados das análises; nós e eles, como colaboradores, podemos desenvolver soluções experimentais para os problemas da sociedade (pp. 172-173).

Essa sugestão parece ser alinhada com o que é chamado de “*community-based knowledge*” (conhecimento baseado na comunidade; e.g., Leugi & Guerin, 2016), que focaliza nos contextos sócio-políticos e na consulta das populações que recebem as intervenções para definir alvos de intervenção, prioridades, análise das propostas e resultados das intervenções.

Transpondo essa discussão para a questão do autismo, a literatura sobre o que deve ser focalizado no tratamento de autistas, sob a perspectiva destes, é escassa (Zuber & Webber, 2019). Inclusive, de acordo com uma revisão feita por Zuber e Webber (2019), sobre a inclusão da perspectiva dos autistas nos estudos da área de educação, além de os estudos serem sumariamente baseados em teorias elaboradas por pessoas neurotípicas, evidencia-se o uso frequente de concepções errôneas, carregadas de estigma sobre a população autista, ou seja, com uma visão do autismo como doença e das terapias como “cura” (Zuber & Weber, 2019). É importante ressaltar que isso ocorre não apenas na análise do comportamento, mas é um fenômeno presente nas diversas abordagens e áreas do conhecimento.

Levando em consideração que vivemos em uma sociedade capacitista, isto é, uma sociedade que afirma que as pessoas com deficiência são inferiores, menos produtivas, mais feias e menos capazes, acreditamos ser importante refletir sobre a possível influência dessas preconceções quando fazemos o planejamento ou a decisão de quais comportamentos devem ser modificados e porquê. Acreditamos, portanto, que, enquanto a própria comunidade autista não for consultada sobre o que é melhor para ela, nossas formas de intervenção serão, sempre, no mínimo, incompletas, podendo inclusive serem danosas.

Como nos diz Leugi e Guerin (2016), analisando as tentativas de mudança de orientação sexual feitas por psicólogos de diversas abordagens nas décadas de 1960 e 1970:

uma maneira sensível de minimizar esses efeitos danosos (causados pelas tentativas de mudança de orientação sexual via controle aversivo) é consultar aqueles que estão em contato mais direto com os sistemas que nós gostaríamos de modificar, e depois reavaliarmos os objetivos e procedimentos com base nessa consulta (p. 82, parênteses adicionados).

Nesse sentido, o que estamos propondo é uma mudança em nossas práticas, com a prerrogativa de que precisamos consultar as populações a quem pretendemos servir e investigar o que é importante para elas, antes de decidirmos o que deve ser feito. Além de precisarmos ampliar nossa visão em termos de intervenção, também é necessário que nos comuniquemos com a comunidade autista para pensar a proposição de pesquisas que sejam úteis e consideradas importantes para os próprios indivíduos autistas. Algumas iniciativas deste tipo já existem, como é o caso da *Cooperação em pesquisa sobre o Autismo (Autismus-Forschungs-Kooperation, AFK)*, projeto da Alemanha no qual acadêmicos e autistas decidem, juntos, quais tópicos pesquisar, utilizando como critério a opinião dos autistas sobre a relevância social dos temas (Lipinski et al., 2019). Em nossa busca de artigos sobre ABA comentada no início do desenvolvimento, não encontramos nenhum trabalho no qual os próprios autistas colaboraram, no sentido de avaliar os instrumentos utilizados, auxiliar na elaboração de questionários e outros instrumentos, etc.

Avaliação preliminar com uma pequena amostra de profissionais que trabalham com ABA ao autismo

Em um questionário informal, disponibilizado em grupos de análise do comportamento do Facebook e em mídias sociais como o Instagram, fizemos algumas perguntas para profissionais que utilizam ABA no atendimento de indivíduos autistas. Setenta e uma pessoas responderam ao questionário. A maioria se identificava com o gênero feminino (85,5%), e eram brancas (74,6%). A maioria tinha terminado ou estava fazendo pós-graduação (53,5%), e atuava com a população autista há menos de 10 anos (63,4%). Mais de 98% dos respondentes atendiam crianças, enquanto apenas 21,1%

atendiam adultos. Quase 60% atuava como aplicadora ou supervisora ABA.

Ética. Quanto ao número de disciplinas sobre ética cursadas em sua formação, 31% disse ter cursado três a cinco disciplinas sobre ética. Outros 31%, duas disciplinas; 28,2% uma disciplina, e 9,9% nenhuma disciplina sobre ética. Quando a pergunta específica se as disciplinas sobre ética foram voltadas para o tratamento de indivíduos autistas, a maioria (62%) diz que não.

Literatura sobre Autismo na qual os Próprios Autistas foram Consultados sobre a Eficácia de Tratamentos. Diante da pergunta “Você já leu algum artigo sobre autismo que analisou a opinião de autistas sobre a eficácia dos tratamentos recebidos?”, a maioria (85,9%) respondeu que não. Esse dado fortalece nosso argumento de que a população autista, grosso modo, não tem sido consultada à priori ou para avaliar intervenções realizadas por analistas do comportamento.

O que estes Profissionais Gostariam de Aprender?

Na pergunta “O que você não aprendeu sobre autismo em sua formação acadêmica e gostaria de aprender?”, os tópicos mais respondidos foram: “sexualidade” (57,7%) e “qualidade de vida na perspectiva do autista” (57,7%), “autismo na vida adulta” (52,1%) e “autismo na mulher” (49,3%). O item “ética” foi apontado por 33,8% dos respondentes. Outro ponto que merece destaque, nesse item, foi que os temas mais comentados estão fortemente presentes em adultos (sexualidade, qualidade de vida na perspectiva do autista, autismo na vida adulta) e em mulheres (autismo em mulheres), temas centrais em nossa problematização sobre os alcances de nossa ciência na população autista.

Sugestões de Pesquisas no Campo da ABA Voltadas para Autistas

Diante do cenário atual, no qual a atuação do analista do comportamento aplicado parece estar voltada para crianças autistas, emerge a imprescindibilidade de pesquisas e intervenções voltadas para o público adulto. É crucial que os atendimentos acon-

teçam ainda na primeira infância, mas nosso intuito é mostrar que, da mesma maneira que cresce exponencialmente a prevalência de autismo, muitas pessoas estão sendo diagnosticadas tardiamente, o que acarretará em uma grande população de autistas adultos que não tiveram suporte ou tratamento adequados, e na possibilidade de não estarmos aptos para dar suporte necessário.

Ainda temos poucos protocolos de avaliação/intervenção para autistas adolescentes e adultos. Os mais conhecidos são: *Socially Savvy*, *Social Skills Solutions* e o *Assessment of Functional Living Skills* (AFLS). Entretanto, precisamos de mais evidências científicas sobre a aplicação destes protocolos, assim como a proposição de mais estudos sobre atendimento de autistas adultos e mulheres.

Para ampliar o escopo e o alcance da ABA no atendimento de autistas, sugerimos:

1) O aumento de pesquisas sobre clínica analítico-comportamental com autistas adultos: Mizael (2021), em uma pesquisa sobre a atuação da psicologia clínica no autismo, buscou em quatro bases de dados estudos sobre psicoterapia em autistas, encontrando apenas um estudo escrito em língua portuguesa (Almeida-Prado, 1997). Quando falamos sobre ABA, é comum pensarmos em intervenções para crianças autistas, mas sabemos que, na verdade, ABA se refere a qualquer pesquisa que constitua uma aplicação dos princípios da análise do comportamento, sistematicamente aplicados em comportamentos considerados socialmente relevantes e com experimentação para identificar variáveis que levam a mudanças comportamentais² (e.g., Cooper et al., 2019), a clínica analítico-comportamental como uma delas. Nesse sentido, é imprescindível que pesquisas sobre psicoterapia em autistas, especialmente adultos e mulheres, clientes comuns em psicoterapia, sejam realizadas. Essa sugestão se alinha aos dados da literatura, que mostram

que depressão, ansiedade e ideação suicida são comuns na população autista (e.g., Buck et al., 2014; Cassidy et al., 2014; Lipinski et al., 2019; Lugnegård et al., 2011), e focos comuns de intervenção na psicoterapia.

2) Pesquisas que investiguem o que controla a maior vulnerabilidade à violência na população autista, em especial, a vulnerabilidade a violência sexual em mulheres autistas: para ampliar o escopo da ABA no atendimento de adultos e mulheres autistas, é necessário que tenhamos estudos básicos/experimentais, que produzam dados a serem, no futuro, aplicados nessa e outras questões. No estudo de Bargiela et al. (2016), por exemplo, diversas participantes (mulheres autistas) relataram situações de violência sexual. Nesse sentido, poderiam ser investigados, por exemplo, o impacto do seguimento de regras na incidência de violência sexual (e.g., aprender que para namorar, é preciso fazer tudo o que o namorado deseja) e possíveis relações entre alguns déficits na comunicação e interação social – e.g., dificuldade em entender sarcasmo e ironia – na inserção e manutenção de relacionamentos abusivos, sejam eles românticos ou não. Além disso, operações motivadoras também podem influenciar a inserção e/ou manutenção de situações de abuso/exploração. Como diz Mizael (2021):

Questões como a privação de afeto e amizades podem aumentar a chance de os indivíduos se engajarem em situações abusivas, não percebendo o abuso ou aceitando-o, “em nome” de ter um relacionamento, de ser considerado “normal”, entre outros (p. 15).

3) A inserção da própria população autista na escolha sobre temas de pesquisa e efetividade de intervenções: existem relatos de más-práticas com a população autista feitas por supostos analistas do comportamento (e.g., Kupferstein, 2018). Que práticas têm sido consideradas ineficazes ou danosas para esses indivíduos? Por que consideram a ABA uma má-escolha em termos de intervenções? Possuir canais de diálogo com a comunidade autista, especialmente

2 Nas palavras dos autores: “Análise aplicada do comportamento é a ciência na qual táticas derivadas dos princípios comportamentais são sistematicamente aplicadas para melhorar comportamentos socialmente relevantes, e experimentação é utilizada para identificar as variáveis responsáveis pela mudança comportamental” (Cooper et al., 2019, p. 19).

com ativistas, que podem trazer críticas de diversas pessoas às nossas práticas pode ser uma maneira importante de obter informações mais acuradas sobre o que tem sido considerado danoso, antiético ou apenas ruim, e pensarmos em alternativas conjuntas para que os nossos serviços sejam, de fato, pensados para os nossos clientes e sob controle do bem-estar deles.

4) Levar em consideração as interseccionalidades: Neste ensaio, focalizamos na população de adultos e mulheres autistas. Entretanto, é importante pensarmos na importância da diversidade em nossas pesquisas, e em como fazer com que nossas intervenções (e planos de intervenções) cheguem a populações específicas, como autistas negros, autistas que vivem em áreas rurais, autistas pobres, autistas não-verbais, etc. (Cascio et al., 2020). Por exemplo, em uma revisão de 13 artigos sobre o autismo no feminino feita por Mizael (2022), apenas dois artigos relataram a raça dos participantes. A invisibilização de autistas não brancos ajuda a manter a falsa ideia de que pessoas negras não podem ser autistas (e.g., Cascio, 2015). Entretanto, para além de descrever a amostra, incluindo região, status socioeconômico, raça, gênero, etc., é imprescindível que se estude esses grupos, levando em consideração as experiências diferenciais geradas pelas interseccionalidades.

5) Aumentar as discussões sobre ética: A ética perpassa toda nossa prática, seja em nossa atuação em escolas, comunidades, na universidade, clínica ou qualquer outro espaço. Os dados obtidos nessa pesquisa sugerem que as discussões sobre ética ainda estão escassas, apesar de serem extremamente importantes para a prática dos analistas do comportamento. Nesse sentido, seriam muito bem vindos estudos sobre as questões éticas mais comumente deparadas por analistas do comportamento no atendimento de indivíduos autistas (por exemplo, como deve ser feita a escolha dos comportamentos-alvo de mudança; como escolher o tipo de consequência para certos comportamentos).

Ainda no campo da ética, são imprescindíveis discussões sobre as diferenças entre re-

forçamento como uma simples operação e reforçamento como uma operação para produzir bem-estar, ou seja, a importância de que podemos ser treinados para produzir alterações comportamentais – por exemplo, manipulando operações motivadoras – para que determinada consequência se torne reforçadora, sem aprendermos que, nem sempre, consequências reforçadoras são equivalentes a bem-estar. Por fim, sugerimos discussões sobre consentimento, um termo que é tido, muitas vezes, como autoexplicativo, mas que demanda muita discussão, como pode ser visto em outras áreas, como nas discussões sobre violência contra a mulher. Conforme sugere Mizael (2021):

Também devem ser investigados o que os clientes entendem por abuso ou exploração, e sessões de psicoeducação podem ser feitas com o objetivo de mostrar a importância de questões como o consentimento e a integridade física e mental dos clientes na busca de relações mais saudáveis. Histórico de punições (e.g., na forma de frases como “não podemos escolher tudo”, “as coisas não são do jeito que queremos”), mesmo que utilizadas em contextos para sinalizar que viver em sociedade exige a aceitação de certas regras e negociação de nossas vontades, podem ser entendidas de forma literal, propiciando que situações de abuso ocorram sem a percepção de que constituem abuso (p. 15).

Considerações Finais

O trabalho do analista aplicado do comportamento no autismo deve ser pautado na ética e na escuta desta população. Assim como um médico não deve realizar intervenções sem o consentimento do sujeito (ou da família), o mesmo espera-se que tal profissional faça. Isso significa que, antes de obter o consentimento, os indivíduos em questão precisam entender exatamente o que está sendo proposto, por quais motivos e o que se deve esperar com a intervenção em termos de ganhos e de perdas (e.g., o indivíduo ter mais autonomia para interagir no dia a dia pode ocorrer concomitante com uma redução no número de horas que ele passa lendo

seus livros sozinho). Em uma sociedade com um grande contingente de pessoas pobres e sem oportunidade de obter educação formal, é imprescindível que os profissionais tenham a habilidade de utilizar linguagem apropriada a situação e, sempre que possível, fazer o uso de estratégias que possam facilitar o entendimento, como o uso de desenhos com crianças.

Essa pesquisa possui diversas limitações. Em primeiro lugar, por se tratar de uma análise preliminar, carecemos de dados que comprovem as hipóteses levantadas, e esperamos que pesquisas futuras sanem essas limitações. Em segundo lugar, nosso texto se volta para analistas do comportamento, mas grande parte das discussões poderiam ser ampliadas para outras áreas. Terceiro, focamos na realidade brasileira, mas seria importante vermos se há diferenças na literatura internacional. Quarto, os periódicos com temática focal em ABA não são necessariamente representativos da produção da área, sobretudo com relação ao TEA, sendo necessário que estudos futuros verifiquem as hipóteses levantadas com métodos mais fidedignos.

Em um cenário no qual a palavra autista é vista como sinônimo de criança, estamos reiterando, mesmo que inadvertidamente, que nossas práticas são apenas voltadas para crianças, deixando de lado essa mesma população, quando se torna adulta, além de outras que obtiveram seus diagnósticos tardiamente, como ocorre especialmente com mulheres. Esperamos que essas reflexões gerem mudanças na comunidade de analistas do comportamento, mudanças essas que levem a um alcance maior, atingindo mulheres e adultos autistas, que aumente as discussões de ética, incluam os próprios autistas nas decisões sobre pesquisas e intervenções e, assim, tenhamos uma prática socialmente relevante, eticamente guiada e preocupada com nossa população alvo, a saber: a população autista.

Referências

- Almeida-Prado, M. C. C. (1997) Autismo e mito familiar: Sobre a psicoterapia da família autista. *Cadernos de Psicologia*, 7, 9-18.
- Alvares, G. A., Bebbington, K., Cleary, D., Evans, K., Glasson, E. J., Maybery, M. T., ... Whitehouse, A. J. (2019). The misnomer of “high functioning autism”: Intelligence is an imprecise predictor of functional abilities at diagnosis. *Autism*, 1-12. <https://doi.org/10.1177/1362361319852831>
- American Psychiatric Association – APA (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders*. 5th ed. American Psychiatric Association. <http://www.dsm5.org>
- Bargiela, S., Steward, R., & Mandy, W. (2016). The experiences of late-diagnosed women with Autism Spectrum Conditions: An investigation of the female autism phenotype. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 46, 3281-3294. <https://doi.org/10.1007/s10803-016-2872-8>
- Buck, T. R., Viskochil, J., Farley, M., Coon, H., McMahon, W. M., Morgan, J., & Bilder, D. A. (2014). Psychiatric comorbidity and medication use in adults with Autism Spectrum Disorder. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 44(12), 3063–3071. <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2170-2>
- Carvalho, M. R. A., Silveira, J. M. da, & Dittrich, A. (2011). Tratamento dado ao tema “homossexualidade” em artigos do *Journal of Applied Behavior Analysis*: Uma revisão crítica. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7, 72–81. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1451>
- Cascio, M. A. (2015). Cross-cultural autism studies, neurodiversity, and conceptualizations of autism. *Culture, Medicine and Psychiatry*, 39(2), 207–212. <https://doi.org/10.1007/s11013-015-9450-y>
- Cascio, M. A., Weiss, J. A., & Racine, E. (2020). *Making autism research inclusive by attending to intersectionality: A review of the research ethics literature*. *Review Journal of Autism and Developmental Disorders*. Online First Publication. <https://doi.org/10.1007/s40489-020-00204-z>
- Cassidy, S., Bradley, P., Robinson, J., Allison, C., McHugh, M., & Baron-Cohen, S. (2014).

- Suicidal ideation and suicide plans or attempts in adults with Asperger's syndrome attending a specialist diagnostic clinic: A clinical cohort study. *Lancet Psychiatry*, 1(2), 142–7. [https://doi.org/10.1016/S2215-0366\(14\)70248-2](https://doi.org/10.1016/S2215-0366(14)70248-2)
- Centers for Disease Control and Prevention – CDC (2020). *Data and statistics on Autism Spectrum Disorder*. <https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>
- Cooper, J. O., Heron, T. E., & Heward, W. L. (2007). *Applied Behavior Analysis*. (2nd Ed). Harlow: Pearson.
- e-MEC (2021). *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*. <https://emec.mec.gov.br/>
- Ferreira, L. A., e Silva, Álvaro J. M., & Barros, R. da S. (2017). Ensino de aplicação de tentativas discretas a cuidadores de crianças diagnosticadas com autismo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(1), 101-113. <https://doi.org/10.18761/pac.2015.034>
- Fombonne, E. (2009). Epidemiology of Pervasive Developmental Disorders. *Pediatric Research*, 65(6), 591–598. <https://doi.org/10.1203/PDR.0b013e31819e7203>
- Frazier, T. W., Georgiades, S., Bishop, S. L., & Hardan, A. Y. (2014). Behavioral and cognitive characteristics of females and males with autism in the Simons Simplex Collection. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 53(3), 329-340. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2013.12.004>
- Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174. <https://doi.org/10.1901/jaba.1978.11-163>
- Howard, J. S., Stanislaw, H., Green, G., Sparkman & C. R., Cohen, H. G. (2014). Comparison of behavior analytic and eclectic early interventions for young children with autism after three years. *Research in Developmental Disabilities*, 35, 3326 – 3344. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2014.08.021>
- Kupferstein, H. (2018). Evidence of increased PTSD symptoms in autistics exposed to applied behavior analysis. *Advances in Autism*, 4(1), 19-29. <https://doi.org/10.1108/AIA-08-2017-0016>
- Lai, M., Lombardo, M. V., Pasco, G., Ruigrok, A. N. V., Wheelwright, S. J., Sadek, S. A., Chakrabarti, B., & Baron-Cohen, S. (2011). A behavioral comparison of male and female adults with high functioning Autism Spectrum Conditions. *PLoS ONE* 6(6), 1-10. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0020835>
- Lehnhardt, F., Falter, C. M., Gawronski, A., Pfeiffer, K., Tepest, R., Franklin, J., & Vogeley, K. (2016). Sex-related cognitive profile in Autism Spectrum Disorders diagnosed late in life: Implications for the female autistic phenotype. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 46(1), 139-154. <https://doi.org/10.1007/s10803-015-2558-7>
- Leugi, G. B., & Guerin, B. (2016). To spark a social revolution behavior analysts must embrace community-based knowledge. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18 (Número Especial), 73-83. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v18i0.846>
- Lipinski, S., Blanke, E. S., Suenkel, U., & Dziobek, I. (2019). Outpatient psychotherapy for adults with high-functioning Autism Spectrum Condition: Utilization, treatment satisfaction, and preferred modifications. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 49(3), 1154-1168. <https://doi.org/10.1007/s10803-018-3797-1>
- Loomes, R., Hull, L., & Mandy, W. (2017). What is the male-to-female ratio in autism spectrum disorder? A systematic review and meta-analysis. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 56(6), 466–474. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2017.03.013>
- Lugnegård T., Hallerbäck, M. U., & Gillberg, C. (2011). Psychiatric comorbidity in young adults with a clinical diagnosis of Asperger syndrome. *Research in Developmental Disabilities*, 32(5), 1910–1917. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2011.03.025>
- Martone, M. C. C., & Carvalho, L. H. Z. S.-. (2017). Uma Revisão dos Artigos Publicados no Journal of Applied Behavior Analysis (JABA) sobre Comportamento Verbal e Autismo entre 2008 e 2012. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 3(2), 73-86. <https://doi.org/10.18761/perspectivas.v3i2.227>
- Milner, V., McIntosh, H., Colvert, E., & Happé, F. (2019). A qualitative exploration of the fema-

- le experience of Autism Spectrum Disorder (ASD). *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 49(6), 2389-2402. <https://doi.org/10.1007/s10803-019-03906-4>
- Mizael, T. M. (2022). O que os estudos sobre “autismo no feminino” têm investigado? Uma revisão de estudos sobre o diagnóstico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) em meninas e mulheres (pp. 17-41). In: Mendonça, S. & Silva, S. S. (Orgs.), *Autismo no Feminino: A voz da mulher autista*. Mundo Asperger.
- Mizael, T. M. (2021). Psicoterapia em adultos no espectro autista: Primeiros passos para um atendimento minimamente adequado. *Revista Neurodiversidade*, 1(1), 1-22. https://367796f8-87dc-4ce4-ace9-ae4115cf7f45.filesusr.com/ugd/7ed518_c9d214bf136340789978f4dbf3f72855.pdf?index=true
- Paula, C. S., Ribeiro, S. H., Fombonne, E., & Mercadante, M. T. (2011). Brief report: Prevalence of Pervasive Developmental Disorder in Brazil: A pilot study. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 41, 1738–1742. <https://doi.org/10.1007/s10803-011-1200-6>
- Sasayama, D., Kudo, T., Kaneko, W., Kuge, R., Koizumi, N., Nomiya, T., Washizuka, S., & Honda, H. (2021). Brief report: Cumulative Incidence of Autism Spectrum Disorder before school entry in a thoroughly screened population. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 51(4), 1400-1405. <https://doi.org/10.1007/s10803-020-04619-9>
- Silva, E. de C., Caixeta, L. M., & Elias, N. C. (2020). Emergência de respostas de ouvinte após ensino de intraverbais em um menino com Autismo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 11(2), 152-161. <https://doi.org/10.18761/PAC.2020.v11.n2.03>
- Varella, A. B., & de Souza, D. G. (2011). O Uso do procedimento bloqueado no ensino de discriminações condicionais de identidade para em pessoas com autismo: Efeitos do emprego de três estímulos modelo. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 7, 55-71. <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v7i2.1450>
- Zuber, W. J., & Webber, C. (2019). Self-advocacy and self-determination of autistic students: A review of the literature. *Advances in Autism*, 5(2), 107-116. <https://doi.org/10.1108/AIA-02-2018-0005>

Histórico do Artigo

Submetido em: 12/07/2021

Aceito em: 15/02/2022

Editor Associado: Liane Dahás